
BAUMAN E O DILEMA DE HAMLET. INCERTEZA E FUNDAMENTALISMO

BAUMAN AND HAMLET'S DILEMMA. UNCERTAINTY AND FUNDAMENTALISM

Pedro Scuro Neto

Sociólogo pesquisador, MSocSc (Praga) PhD (Leeds); consultor em políticas públicas e cultura organizacional; diretor, International Society of Criminology (Washington DC); fellow, Forum on International Crime and Criminal Law (Beijing); autor de *Sociologia Geral e Jurídica. A era do Direito cativo* (2019, 8ª ed.), *Direito do Conflito* (2021), *Criminal Justice of Brazil* (2022).

Resumo: Qual é o dilema de Hamlet, o príncipe que nos palcos representa a nossa consciência como indivíduos e por meio dela as nossas incertezas nos proscênios da vida? “Ser ou não ser”, ele diz, expressão famosa que Theodor Adorno colocou em outros termos – “coaxar ou não coaxar” – expressando o desejo de fazer-se ouvir, eventualmente desafiando a autoridade das práticas consagradas acerca de como, se, quando e o que fazer nas circunstâncias desordenadas em que cada vez mais existimos. Daí o “dilema de Bauman”, do ator comprometido: construir uma “arte de viver permanentemente com a incerteza”, sem a convencional pretensão de ser “reformadora”, “neutra”, fonte de probidade e veracidade. Ofício para intérpretes qualificados e determinantes da “ação autorreflexiva e auto monitorada” em contextos que se transformam mediante “livres escolhas” de curto prazo condicionadas por mercados e tecnologias de consumo. Ação que reproduz a si e ao sistema, dependente de política e poder – ambos contudo cada vez menos relevantes um para o outro –, e de comunidades em que solidariedade e capacidade de organização deixaram de ser prioritárias. À guisa de demonstrar a fertilidade do modelo proposto por Bauman, o artigo encerra com aplicações específicas in casos concretos.

Palavras-chave: incerteza pervasiva; hermenêutica sociológica; fundamentalismo; lacração de diálogo; sociologia pós-normal; modelo teórico de Bauman.

Abstract: What's Hamlet's dilemma, the prince who on stage represents our consciousness as individuals and through that our uncertainties in societal scenes? "To be or not to be", he famously says, later set forth in other terms by Theodor Adorno as "to croak or not to croak", depicting one's need to be heard, eventually challenging the authority of established practices on how, when, if, and what to do in our increasingly disorderly circumstances. Thence, 'Bauman's dilemma', the committed actor's duty to contrive an "art of living permanently with uncertainty", freed from the airs of unbiased 'reformer', source of probity and veracity. A craft of interpreters qualified to be determinant factors of "human self-reflexive and self-monitored action" in swiftly changing contexts of short-term "free choices" conditioned by market and consumer technologies. Action that reproduces itself and the system, still dependent on power and politics – increasingly less relevant to each other – and on communities in which solidarity and organizational capacity no longer are priorities. In the guise of demonstrating the fruitfulness of Bauman's proposed model the essay closes showing specific applications in concrete cases.

Keywords: ubiquitous uncertainty; sociological hermeneutics; fundamentalism; dialogue closure; post-normal sociology; Bauman's theoretical model.

Sumário: 1 A arte da incerteza. 2 Generalização de valores. 3 O cotidiano reconstruído. 4 O círculo hermenêutico. 5 Senso comum, sociedade e sistema. 6 Lacração de diálogo 7 A arte de ser alguém. 8 A arte de viver de incertezas na fé. 9 "Somos legiões". Referências.

Submissão: 08/03/2024

Acceptance: 26/06/2025

In memoriam PABLO RUBÉN MARICONDA (1949-2025)

1 A ARTE DA INCERTEZA

Os tempos saíram dos eixos/ Oh maldição, que um dia nasci para corrigir! Venha, melhor irmos juntos (Hamlet sobre ser condição insuficiente).

A efetiva e consequente presença da sociologia no habitat pós-moderno depende dela assumir o status de ator participante – quem sabe mais bem informado, mais sistemático e consciente das regras, mas nada além disso – em um autorreflexivo e interminável processo de reinterpretação, para assim conceber as suas estratégias adequadamente. Na prática significa deixar de lado a pretensão de ser juíza das ‘crenças comuns’, curandeira de preconceitos, árbitra da verdade e, começar a elucidar as regras de interpretação e a tornar mais fácil a comunicação. Em outras palavras, trocar o sonho de ser legisladora pela prática de intérprete (Bauman, 1992, p. 204).

Incerteza não é novidade, nova é a percepção de que ela veio para ficar – razão de Bauman acreditar que temos pela frente “uma tarefa sem precedentes”: desenvolver “uma arte de viver permanentemente com a incerteza” (2013). Contudo, o que então esperar de sociedades em frangalhos como esta nossa e tantas outras?¹ Na senda aberta por Hannah Arendt, ele recomendou: reconstruir a ordem social realinhando regras, valores e modelos de conduta à “nossa condição humana”, subjacente e inalterável, enquanto nos empenhamos para “construir um mundo que faça

1 “A nossa e as outras” são na realidade uma só, a sociedade moderna, “combinação extremamente variada de fatores, que mesmo exposta a diferentes e complexas ordens de risco, exhibe notável capacidade de adaptação” diante de ameaças que tornariam inviáveis todas as demais sociedades (Scuro, 2004, p. 1).

sentido para todos” (Davis, 2020). Contudo, mundo como é que vai ser? Supostamente do jeito que os *subsistemas de socialização* – famílias, escolas, meios de comunicação, associações, partidos políticos – sempre fizeram: articulando experiências e apropriando-se da nossa “natureza interna para criar sujeitos capazes de falar e agir” (Parsons, 1971; Habermas, 1976; Joas, 2008).

Faltou Bauman dizer que essa arte de viver com a incerteza já existia e que ele sempre a praticou². Conteve-se para não reavivar mais uma de suas polêmicas sobre a sociologia convencional, “sociologia da não-liberdade” que não admite incertezas (1977, p. 46-47), feita por especialistas “suavemente críticos, suavemente conservadores” – como ele mesmo o fora em sua terra natal. Ali, costumava enaltecer os “adeptos do planejamento central no passado haviam tomado o poder e promovido a centralização da propriedade dos meios básicos de produção” (1968:19). Geração “indispensável”, ele fazia questão de dizer, graças a qual fora possível dar tração a um novo tipo de sociedade e “construir a base política e ideológica necessária para a grande revolução industrial do futuro”. Contudo, ponderava “suavemente”, a circunstância histórica daquela heroica geração – conhecida como ‘O Partido’ – “motivada politicamente, mas orientada ao passado”, havia se esgotado. Chegara o momento dela dar lugar aos ‘níveis intermediários do poder’, comunidades locais e seus dirigentes com formação superior, treinados para administrar.

2 E com ela poderia ter feito o que George Orwell fez com a prosa política: “transformá-la em arte”.

Esses jovens pensam racionalmente em termos de utilidade, são devotados à busca de meios legítimos para alcançar metas estabelecidas, aptos a doar toda a sua energia às tarefas que lhes são confiadas. São lideranças rápidas, eficientes, até mesmo implacáveis ao executar o que deve ser feito, capazes de criar condições indispensáveis para viabilizar o crescimento econômico acelerado. Despontam nas comunidades locais tão logo o comando para dar início ao crescimento econômico lhes é confiado (1968, p. 32).

Conhecendo o contexto em que o ainda ‘sociólogo da não-liberdade’ escreveu essas linhas, não haveria como discordar: até seus colegas que se consideravam adversários do regime confiavam cegamente que a sociologia, a arte de todos eles, logo iria “assumir em definitivo um papel preponderante e influenciar o curso dos acontecimentos e dos processos sociais, prevalecendo-se da progressiva racionalização do controle técnico” (Podgorecki, 1976, p. 29-35). Não admira que Bauman, com o passar dos anos, já distante daquela realidade passada denunciasses a timidez da forma de fazer sociologia crítica do que ela mesma exaltava: a força moral da sociedade que para seus membros exige ser “o que um deus é para seus fiéis”, exige ser vista com profundo respeito e reverência. O que não acontecia só no ‘socialismo real’³, mas também no Ocidente capitalista, onde outro *superstar*⁴, na época

-
- 3 Com planejamento econômico “realisticamente viável” à realidade política e social dos países do bloco socialista soviético, desmentida por Bauman.
 - 4 Erving Goffman, quarto autor mais citado no “núcleo da disciplina” durante os anos 2010, atrás de Bourdieu, Weber e Durkheim e à frente de Parsons e Giddens (Bauman 24º). Nos anos 1970, os cinco dianteiros eram Parsons, Weber, Merton, Durkheim e Lipset (Goffman 25º) (Korom, 2020).

com mais sucesso que Bauman, rejeitava o modelo garoto-de-escola da ‘deusa-sociedade’, uma instituição educacional com “modestos salpicos de medidas correcionais”.

Mesmo assim, somente a partir dessa rejeitada perspectiva é possível especificar, entre outras coisas, o objeto da sociologia na seara do Direito, constatado que a atividade concreta de sociólogos e operadores jurídicos converge a um mesmo ponto: a *conduta normal*, o comportamento que prevê castigo a quem pretende um efeito prejudicial, transgride os padrões sociais (regras) e tenta desmentir a certeza que as normas (convicções), os valores (concepções) e os modelos sociais de conduta devem se expressar através do comportamento.

A conduta normal dos atores é objeto prioritário do Direito e da Sociologia, disciplinas da ordem normativa, das práticas e expectativas da sociedade que busca dirigir a ação estabelecendo distinções entre o desejável e o que não é. Orientação generalizada que visa (1) estabilizar a interação dos integrantes de sistemas sociais complexos; (2) criar e manter uma determinada ordem social, um “certo tipo de civilização e de cidadão”, um modo de vida coletiva e de relações sociais que serve para “eliminar certos costumes e atitudes, e disseminar outros” (Gramsci) (Scurto, 2004, p. xvi-xvii).

Muitos por sua vez entendem como opressivo e revoltante esse direcionamento da ação social – no todo ou em parte. Aos olhos de um poeta, por exemplo, “a normalidade é uma ilusão imbecil e estéril” (Fernando Pessoa), mostrando no entanto pouco entendimento das íntimas relações entre o objeto prioritário do Direito e da Sociologia e “as condições gerais da existência

coletiva” (Durkheim). Mas o que definitivamente surpreende são sociólogos – como o Bauman que todos conhecemos – rejeitarem “conduta normal” em nome da esperança na construção de “um mundo que faça sentido para todos”. Desconhecer que a engenharia dessa construção – conhecida do ponto de vista técnico como “*universalização de valores*” – é função necessária e exclusiva do Direito e da moralidade normativa – que afeta a nossa capacidade de julgar, recordar os padrões com os quais nos comprometemos, aprender novas normas, valores e modelos de conduta e nos sentirmos ultrajados, queiramos ou não, se alguém transgride ou, caso os transgressores sejamos nós mesmos, a sentirmos culpa ou vergonha (Habermas, 1992).

2 GENERALIZAÇÃO DE VALORES

Mexer em seara complicada tem sido um recurso para o sociólogo se tornar *superstar*. Não admira a teoria mais influente sobre universalização de valores depois da Segunda Guerra ter atraído tanta crítica e até rejeição da parte do “núcleo da disciplina”, que para tanto usa regras parecidas às dos consumidores de cultura de massa⁵. Mas o que realmente importa foi a teoria de Talcott Parsons destacar que acima de capital, trabalho, política, poder ou qualquer outro elemento, os *padrões sociais* (normas, valores e modelos de conduta) institucionalizados são “o mais importante

5 Nessa mesma época Gilberto Freyre também causou alvoroço mundo afora, forçando patrocínio estrangeiro para a implantação do departamento de sociologia da Universidade de São Paulo, expressamente para, segundo um dos participantes da aventura (Fernando Henrique Cardoso), fazer contraponto às ideias do sábio pernambucano.

componente estrutural dos sistemas sociais” (1971, p. 307). Fundamentais, dotados de extraordinária estabilidade que lhes permite resistir até mesmo séculos a fio, sempre condicionando ideias e atitudes a ver com *igualdade/desigualdade política e social* (“o mais importante instrumento de nivelamento na sociedade”), *confiança* (crença inabalável na integridade, competência ou caráter de uma pessoa ou instituição: “conquistar a confiança dos clientes”, “acreditar que o que ela/ela diz é a verdade”) e *cooperação* (trabalhar ou agir juntos visando um objetivo comum).

Só que os sociólogos, os mais ilustres em primeiro lugar (notoriamente Max Weber), insistem que importantes transformações acabam levando a um “desencanto” com o mundo, suscitam dúvidas cada vez mais sérias à resiliência dos padrões sociais em que depositamos toda a nossa fé. O que nos obriga a admitir que, sempre que tempos como os de Hamlet (e os nossos) “saem dos eixos” os padrões são postos de ponta-cabeça. Nesse sentido, no mundo em que vivemos o que mais contribui nesse sentido é a *diferenciação social*⁶ e a partir dela Parsons formulou uma *proposição básica*:

Quanto mais diferenciado o sistema social, maior o nível de generalidade em que o padrão deve se “assentar” se quiser legitimar valores mais específicos em todas as partes diferenciadas do sistema (eu grifei, PSN).

6 Diferenças de gênero, geração, poder, crença, conhecimento, etnia, aparência etc. – decididas, segundo Parsons, por fatores determinantes de desigualdade: posse, qualidade e desempenho.

Um exemplo notável de padrão que se diferencia e se generaliza é a corrupção, que hoje em dia deixamos de encarar como Platão, Aristóteles, Maquiavel, Hobbes, Montesquieu, que a reduziam a tudo “que político faz e a gente não gosta”. Padrão cada vez mais diferenciado e que por conta de desinformação, propaganda, discurso de ódio etc. ocupa cada vez mais espaço no nosso sistema social, dando azo à *corrupção das virtudes cívicas*, contaminando processos institucionais no próprio interesse político e pessoal de quem a promove. Casos notórios recentes de Donald Trump e Jair Bolsonaro, que para justificar fracassos eleitorais clamam contra massivas “fraudes” que jamais conseguem provar (Stanford, 2023). Corrupção que se reflete, ainda segundo Parsons, “em todas as partes diferenciadas do sistema”, através de suborno, nepotismo, falso testemunho, fraude, abuso de autoridade, até golpes de estado e formação de governos destrutivos.

Situações concretas – que examinamos na última parte deste artigo – que sugerem ‘generalização de valores’ como processo que evolui por etapas afetando a distinção entre Igreja e Estado e desaguando na institucionalização de *comunidades morais* – “culturas étnicas que atravessam as linhas denominacionais no sentido estritamente religioso”. Nesse sentido, meio sem querer Parsons adiantou a relevância de movimentos, no seu tempo ainda obscuros, como o “reconstrucionismo” protestante norte-americano que exigia pena capital para homicidas, idólatras, homossexuais declarados, praticantes de bruxaria e jovens recalcitrantes (Einwechter, 2003), o nosso “integralismo” católico

brasileiro bem como o islamita (xiita) iraniano, todos a propugnar influência religiosa também na esfera política (Shepard, 1987).

Aqui, o sábio de Harvard reproduziu a perspectiva evolutiva de Karl Mannheim acerca de *utopias* liberais, socialistas ou comunistas, que à medida que se impõem voltam-se conta a “autonomia moral” do indivíduo sujeito a ilusões massificadas de “livre arbítrio” características do pluralismo (que valoriza diversidade e, reconhecendo que não há uma única verdade ou forma correta de viver, promove diálogo entre grupos distintos). Daí a “reação fundamentalista” de grupos que em “conjunturas plenas de conflitos” se opõem a “qualquer alteração de seus compromissos” e a toda forma de “rendição da integridade a interesses ilegítimos”.

Não faltaram críticos, é claro, dentre os quais Jürgen Habermas, que enxerga integração social se concretizando cada vez mais mediante *discurso racional* liberto de tradições e experiências específicas às quais grupos se sentem afetivamente comprometidos⁷. A mesma racionalidade ‘instrumental’ de Mannheim e Parsons, só que priorizando *comunicação* e possibilidades de reconciliação. Alega-se aqui que diferentes tradições são capazes de produzir padrões ainda mais gerais e – por que não? – compreensão mais abstrata de suas características

7 Apesar da “ilusão de que escolhemos e determinamos o curso de nossas ações, agindo por vontade somos apenas parte de múltiplas fontes de afeições” – disposições, estados mentais ou corporais comumente relacionados a um sentimento ou tipo de amor e afetos (experiência ou sentimento de emoção) (Kinoshita, 2021).

comuns, sem contudo renegar raízes afetivas. Dessa forma tão otimista, a generalização de valores se torna, mais que consenso sobre princípios universalistas, “um possível resultado de um discurso racional” e uma modificação dinâmica e coletiva, mais que um estímulo a renovar a própria tradição.

Na prática, o que Habermas e seus seguidores ostentavam era a própria narrativa que emergiu nos debates sobre a formação da União Europeia enquanto contexto em que todos “gradualmente aprenderiam a redefinir suas autoimagens e as imagens do Outro, começando por escolher os direitos humanos como denominador comum de seus próprios sistemas de valores, originalmente tão diferentes” (Joas, 2008). Convenceram-se que haviam descoberto não só o melhor nome para o processo de ‘generalização de valores’ incorporado no seu exemplo mais qualificado, o Preâmbulo da Constituição da Europa, tradução mais acabada “dos valores europeus e sua pluralidade de tradições, suas experiências positivas e negativas a ver com tais valores e tradições” – tudo ao menos do jeito da proposta submetida em 2003 pelo jornalista polonês Stefan Wilkanowicz:

Nós, europeus:

Conscientes da riqueza da nossa herança, baseada naquela do Judaísmo, do Cristianismo, do Islamismo, da filosofia grega, do Direito Romano e do humanismo de raízes religiosas e não religiosas / Conscientes dos valores da civilização cristã, a fonte básica da nossa identidade / Conscientes das frequentes traições desses valores por parte de cristãos e não-cristãos / Conscientes do bem e do mal que fizemos aos habitantes de outros continentes / Lamentando a catástrofe social causada pelos sistemas totalitários

que se originaram na nossa civilização / Gostaríamos de construir o nosso futuro comum baseado no profundo respeito por cada ser humano e no reconhecimento da sua dignidade inalienável [...].

Porém, nesse mesmo ano a tal proposta foi recusada e após longas negociações a redação final ficou mais de acordo com a narcisística afetividade europeia, que não permite espaço a igualdade do modo como requer a democracia.

Conscientes que a Europa é um continente que gerou civilização; que desde os primeiros tempos seus habitantes, chegando em vagas sucessivas e gradualmente desenvolvendo os valores subjacentes do humanismo (igualdade das pessoas, liberdade, respeito pela razão) / Inspirados na herança cultural, religiosa e humanista da Europa, cujos valores, ainda presentes no seu património, incorporaram na vida da sociedade o papel central da pessoa humana e dos seus direitos invioláveis e inalienáveis, e o respeito à lei / Acreditando que a Europa reunificada pretende continuar no caminho da civilização, do progresso e da prosperidade, para o bem de todos os seus habitantes, incluindo os mais fracos e mais necessitados; que deseja continuar a ser um continente aberto à cultura, à aprendizagem e ao progresso social; e que deseja aprofundar a natureza democrática e transparente da sua vida pública e lutar pela paz, justiça e solidariedade em todo o mundo / Convencidos de que, embora permaneçam orgulhosos das suas próprias identidades e história nacionais, os povos da Europa estão determinados a transcender as suas antigas divisões e, unidos cada vez mais estreitamente, a forjar um destino comum / Convencidos de que, assim “unida na sua diversidade”, a Europa lhes oferece a melhor oportunidade de prosseguir, no respeito pelos direitos de cada indivíduo e na consciência das suas responsabilidades para com as gerações futuras e para com a Terra, o grande empreendimento que faz dela uma área especial da esperança humana.

Ironicamente, tão logo o preâmbulo foi acordado o primeiro-ministro britânico anunciou um referendo e a retirada em 2019 de

seu país da União, basicamente por conta da crise gerada por ondas sucessivas de refugiados da África, Oriente Médio, Ásia e Europa Central, precisamente em consequência da incapacidade dos povos europeus de “transcender as suas antigas divisões” e forjar um destino comum que incluísse “os mais fracos e mais necessitados”.

3 O COTIDIANO RECONSTRUÍDO

Zyg Bauman atuou na Inglaterra de Margaret Thatcher e seu amalucado, caracteristicamente reacionário questionamento da importância das ciências sociais. Controvérsia que em cheio afetou o nosso departamento em Leeds, a ponto de suscitar até mesmo a substituição do título ‘sociologia’ por algo com apelo mais mercadológico, não questionado pelas autoridades. O fato é que sociologia – “da liberdade” ou não – sempre incomodou e não importa onde.

No Brasil, durante Estado Novo (1937-1945) a reforma “moral e cívica” de Gustavo Capanema extinguiu a obrigatoriedade da sociologia nos vestibulares e no lugar instituiu ‘educação militar’, só para meninos, ao passo que ‘sociologia geral e da educação’ ficaria no Curso Normal, predominantemente feminino. Ela regressaria apenas em 1961, mas somente como disciplina optativa, até que uma junta militar⁸ decretasse o fim do que denominavam um “criadouro de comunistas”. Em seu decreto-lei

8 Almirante Augusto Rademaker, ministro da Marinha; General Aurélio de Lira Tavares, ministro do Exército e Brigadeiro Márcio de Sousa Melo, ministro da Aeronáutica, sucessores de outros três (Sílvio Heck, Odílio Denys e Gabriel Grün Moss) que em 1961 depuseram o presidente Jânio Quadros.

de 1969, esses “Três Patetas”, como os chamávamos, ordenaram que todos os “resquícios dela fossem varridos das escolas médias” e que se adotasse em “todos os graus e modalidades” de ensino matérias que preparassem para o “exercício de atividades cívicas com fundamento na moral, no patriotismo” etc.

Não só aqui. Impedido de completar a minha graduação no Brasil, fui cumpri-la em Praga, no ‘socialismo real’, em uma turma que seria a última do curso de sociologia, extinto e substituído por ‘marxismo-leninismo’, amontoado de doutrinas filosóficas, econômicas e sociopolíticas harmonizadas para corrigir “distorções” e zelar pela “correta” aplicação das teorias de Marx, Engels e Lênin, de modo a legitimar as “práticas revolucionárias” da decrépita “vanguarda” composta por alguns daqueles que tomaram o poder.

Só que em Leeds tudo foi bem diferente, graças a Bauman que virtualmente sozinho resistiu à retirada do temido vocábulo, sempre que necessário recorrendo à sua condição de chefe da Escola de Sociologia e Políticas Públicas que transformara em nicho de debates estimulantes e produção científica relevantes, frequentemente com a participação de colegas estrangeiros. Tudo a ver com consciência da necessidade de conter o declínio do interesse na “ordem analítica do universo social” e compensar o sentimento de que “o campo não estava mais se reproduzindo adequadamente” (Scurto, 1992, p. 384).

A posterior mudança da perspectiva e do estilo de Bauman, precisamente a razão dele se tornar tão conhecido, tiveram a ver

com esses embates. O que todavia não impediu a progressiva fragmentação da sociologia, cada vez mais “interdisciplinar” e limitada pela preferência por pesquisa “de impacto” (com altos teores de psicologismo e relativismo⁹) e teorias “menos filosóficas” supostamente capazes de resolver problemas pressurosos. *Mutatis mutandis*, como não poderia deixar de ser ocorreu o mesmo com o Direito, refletindo as várias nuances de ciências em processo de divisão celular, desdobrando-se em diferentes campos e raramente preservando o “foco de disciplina teórica, base para estudar os problemas de integração dos sistemas sociais”, enfatizando, em vez disso, a dificuldade de superar “obstáculos à integração” (Parsons, 1968, p. xi).

4 O CÍRCULO HERMENÊUTICO

Falta entendimento acerca desse processo, que a sociologia do conhecimento diz ser um “triste” “recuo ao presente” (Elias) “submisso à política” (Kilminster, 2020), Bauman por sua vez o abordou à luz de sua combativa perspectiva tendente a reconsiderar vivências particulares no contexto histórico e social mais amplo possível – precisamente onde “o entendimento transpõe a sua própria experiência e apreende as expressões vitais dos outros” (Dilthey). Daí seu esforço de relativizar (avaliando

9 Relativistas avaliam padrões culturais, por exemplo, a partir do ponto de vista do observador que os compara isoladamente, em vez de considerar a totalidade da cultura. Psicologismo, por sua vez, trata a experiência humana, a lógica, a moral e o conhecimento resumindo-os a processos mentais (pensar, lembrar, imaginar, perceber e sentir) e psicológicos (percepção, atenção, memória, linguagem, emoção e motivação).

crenças, conhecimentos, moralidades e a própria realidade em termos da especificidade da ação social) e transcender o presente confiando no papel construtivo de modernas *utopias ativas* como a democracia e o socialismo, visando neutralizar incertezas e aplainar o caminho da atividade crítica transformadora daquilo que no presente parece irrevogável (1976, p. 9-17). Com esse objetivo, meu velho professor empregou um recurso parecido ao que se requer na sistematização dos processos de interpretação jurídica (Simões da Conceição, p. 156-176), designadamente para lidar com as “ilhas de certezas” do agir e pensar fundamentalistas.

Nesse mister teve que responder a acusações de “pessimismo excessivo”, da parte por exemplo da “sociologia *woke*”, que vigia contra qualquer forma de opressão e enxerga na análise de Bauman um “caráter sepulcral”, reflexo de um “pessimismo intelectual cansado” (Rattansi, 2014). Na realidade, ele sempre insistiu que além do otimismo e do pessimismo existe uma terceira alternativa, *dialética*. Deixou a verdade dos fatos para ser estabelecida no mundo real através de um compromisso ativo: “a Esquerda se coloca no terceiro campo: o da esperança”, apelo que é tema recorrente em sua obra e se encaixa como uma luva à sua dialética. Norman O. Brown¹⁰, um ilustre erudito, percebeu a conexão: “a dialética, em vez do dualismo é a metafísica da esperança, não do desespero” (Kilminster, 2016).

Bauman introduz no campo da pesquisa sociocientífica a ideia do *círculo hermenêutico*, uma das chaves para desvendar

10 Vida Contra Morte: o sentido psicanalítico da história, Vozes, 1972

a totalidade de seu próprio projeto, que os críticos geralmente perdem de vista. O ‘círculo’ implica no entendimento de que não é – como para os positivistas e empiristas – uma progressão linear desde formas de conhecimento vulneráveis para menos atacáveis, mas que o entendimento é na sua própria essência *tortuoso*. Ou seja, apreensão consiste em recapitular e reavaliar sem cessar as formas existentes de pensamento, na esperança de uma (re) descoberta gradual aberta a novas interpretações e escrutínio futuro, em busca de melhor entendimento. Absolutamente tudo está aberto a reinterpretação, nada está definitivamente decidido *now and forever* (Davis, 2020).

Ressalte-se, ademais, que do ponto de vista utópico esperança denota bem mais que o sentido literal (“querer que aconteça e seja verdade, tendo para isso uma boa razão”). A saber: (1) seres humanos não se impõem problemas que não possam resolver; (2) o querer conservador aposta no ‘provável’ condicionado por velhos hábitos e rotinas, ao passo que a perspectiva utópica postula o futuro como ‘possível’ e até mesmo ‘obrigatório’; (3) o utópico tem ‘presença ativa’, influência determinante na ação coletiva – conforme explica um associativista francês citado por Bauman:

O ponto de partida é a ideia de que podemos produzir um futuro voluntário, à condição de nos posicionarmos decididamente de uma perspectiva orientada ao futuro, para influenciar o presente em vez de nos deixarmos mover pelo passado (F. Bloch-Lainé).

O problema é que a “orientação ao futuro” pode ser influenciada por conjunturas de “psicose compartilhada” – *folie*

à millions, no idioma de Bloch-Lainé – em nível societal através de “delírios induzidos” por graves sintomas que extrapolam a psicologia de grupo.

Se alguém altamente sintomático é colocado em posição de influência, os sintomas pessoais podem se espalhar através de laços emocionais, agravando patologias existentes e induzindo delírios, paranoia e propensão à violência – mesmo em indivíduos antes saudáveis. O tratamento inclui remoção da exposição, desmantelamento dos sistemas de controle mental (comuns na propaganda e cada vez mais na política), atender as condições socioeconômicas que subjazem a saúde mental coletiva problemática (Lewis, 2021).

Retrato fiel do que, não importa a latitude nem a longitude, a mídia e a cena política nos apresentam hoje em dia. Ao mesmo tempo, menos que uma alternativa o círculo hermenêutico tende a se tornar ferramenta da Sociologia e do Direito comprometidos com a busca de soluções para os problemas da sociedade moderna. Caso da primeira que ao assumir uma *perspectiva sociotécnica* relativizou o status de observador e passou a correr riscos, fazer recomendações e “diretivas formadas a partir de investigações concretas”, lançando mão de “uma progressiva racionalização do controle técnico” (Podgorecki, 1976, p. 20-35).

Em linha com o espírito do paradigma cibernético, acentuou-se o caráter da Sociologia como *técnica social específica* (como é caso do Direito) ... para dar mais eficiência à ação, especificamente à ação do Estado, com maior capacidade de intervir e aprender no controle de crises e na condução de processos de adaptação, acumular e usar conhecimentos para avaliar situações, oferecer soluções para determinados problemas ou conflitos (Scuro, 2010).¹¹

11 Caso da exitosa intervenção para reduzir violência e criminalidade em

Essa condição de ‘sociologia da não-liberdade’, marcada pela confiança em uma “gradativa reconstrução do cotidiano pelas ciências sociais”, refletiu a disposição do ‘socialismo real’ em que Bauman viveu. Não admira o Instituto de Filosofia e Sociologia da Academia Tchecoslovaca de Ciências ter elaborado, antes mesmo da ‘Primavera de Praga’¹² (Richta, 1968), um livro-manifesto sobre o alvorecer de um “socialismo com rosto humano”, obra e graça da “revolução científica e tecnológica”. Tomava-se todo cuidado para não fazer qualquer referência a mudanças políticas e estruturais do tipo preconizado por Bauman, nem se dava qualquer atenção ao estado de espírito que vigorava naquelas sociedades. Já no caso do Ocidente as mudanças viriam somente a partir da década seguinte, mais uma vez através do “desencanto” weberiano, do declínio

São Paulo, protagonizada pela Polícia Militar. No estado, a taxa de homicídios por 100 mil habitantes tinha crescido de 27,2 em 1995 a 39,7 em 1999 (ano em que apresentamos o projeto), um aumento de 46% em apenas quatro anos. Na capital, em lugares problemáticos como Capão Redondo ela ficava bem acima de 100. Tudo mudou radicalmente graças à mudança da lógica do patrulhamento proposta pelo projeto. https://www.academia.edu/130036162/Mancha_Quente_SP

2000	39,1	2007	15,6	2014	10,6	2021	6,8
2001	37,6	2008	13,9	2015	9,9	2022	6,7
2002	36,4	2009	12,5	2016	9,0	2023	6,2
2003	32,7	2010	11,4	2017	8,5	2024	5,9
2004	26,5	2011	10,8	2018	7,5		
2005	21,8	2012	11,3	2019	6,5		
2006	18,9	2013	10,9	2020	6,6		

Fontes: IPEA (2000-2022), Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2023), Secretaria Estadual de Segurança Pública (2024)

- 12 Que não foi, portanto, um movimento de reformas para “conceder direitos adicionais aos cidadãos”, “descentralização parcial da economia”, “liberdades de imprensa, expressão e movimento”.

da confiança nas funções administrativas, nas instituições e nas lideranças, enquanto a ciência, diante de “fatos ambíguos, valores controversos, apostas elevadas e decisões urgentes”, clamava para se tornar “ciência pós-normal” (Funtowicz e Ravetz, 1995).

O argumento é que a ciência evolui sempre respondendo a seus principais desafios à medida que estes mudam ao longo da história. Após séculos de otimismo e triunfalismo, no entanto, ela é hoje chamada a remediar as patologias do sistema produtivo global do qual forma a base. Foi entendida como avanço constante e seguro do conhecimento e controle do mundo natural, agora a braços com muitas incertezas políticas e riscos ao meio ambiente. Em resposta, novos estilos de atividade científica estão sendo propostos:

- a) Substituir a cosmovisão reducionista e analítica que dividia os sistemas em elementos cada vez menores, estudados por especialidades cada vez mais esotéricas, por abordagem sistêmica, sintética e humanística;
- b) Transcender dicotomias do tipo ‘fatos’ e ‘valores’, ‘conhecimento’ e ‘ignorância’;
- c) Reconhecer os sistemas naturais como dinâmicos e complexos, e os envolvidos em interações com a humanidade como ‘emergentes’ e dotados de propriedades de reflexão e contradição.

5 SENSO COMUM, SOCIEDADE E SISTEMA

Uma nova ciência adequada a essa nova condição será baseada em pressupostos da imprevisibilidade, controle incompleto

e pluralidade de perspectivas legítimas. Enquanto isso, Bauman vai deixando bem claro a sua própria postura diante das “velhas maneiras” de fazer sociologia, qual seria a nova e como através desta entender a sociedade, a “gaiola de ferro” que nos deixa cada vez desassossegados:

Considero a sociologia uma atividade cultural por excelência, um exercício de espiritualidade humana, de constante reinterpretação da atividade humana no decurso da própria atividade. A sociologia é um elemento importante da ação humana autorreflexiva, auto monitorada. [Quanto ao meu] modelo teórico de sociedade contemporânea, está emancipado dos velhos conceitos e aborda essa sociedade em seus próprios termos, tal como ela é. Daí eu propor que o papel antes desempenhado no modelo por trabalho, emprego, ocupação, profissão, seja agora das escolhas e experiências do consumidor no que diz respeito, em um primeiro nível a problemas de autoidentidade, trabalho, negócios; num segundo a questões de integração social; e no terceiro a problemas de reprodução sistêmica.

Consumismo tem a ver com produção, distribuição, desejar, obter e usar bens simbólicos, até porque consumir não é só uma questão de cobiça ou de encher a barriga, mas de manipular símbolos das formas as mais diversas – no nível do senso comum, com o propósito de construir identidade, o ser e as relações com os outros; no nível societal, para sustentar a contínua existência das instituições, grupos, estruturas e que tais; e no nível sistêmico, para garantir a reprodução das condições em que tudo isso é possível (1992, p. 216, 222-223).

Sua perspectiva denota todo um programa analítico, ainda meio embaciado, mas pronto para ser confrontado com tudo que considera superado, inclusive a articulação entre ação social e estrutura. Indica, ademais, que ali onde a teoria e a crítica têm mais intimidade com a sociedade “tal como ela é”, no palco em

que são suscitadas soluções concretas para o que sobrou dos “anos dourados” que não voltam mais, a sociologia já é um “elemento importante da ação humana autorreflexiva e auto monitorada”. Ciência que a partir de pressupostos similares aos da ciência pós-normal peleja para se diferenciar das estratégias convencionais de resolução de problemas, identificando *ilhas de certezas, práticas e concepções alienadas* que (.) tensionam o discurso; (..) reproduzem mal-entendidos sobre o conhecimento científico; [...] confundem e impedem a formação de consenso sobre o que deve ser feito; e (...) justificam resistências às soluções que exigem sacrifício de privilégios, às respostas integradas aos problemas, e à avaliação realista das alternativas que dispomos.

O futuro é imprevisível, mas perspectiva histórica e um pouco de paciência nos ajudariam a evitar o pânico e a sermos mais realistas. Não existem soluções completas e perfeitas, mas se controlarmos o extremismo apaixonado e dermos oportunidade à inteligência humana, com toda a certeza poderemos construir um futuro melhor que o passado (Horton et al., 1997, p. 426).

Mais do que liberação dos indivíduos dos liames e controles sociais, para além de um problema de ‘ligaduras’, o que parece estar no centro das radicais transformações da ordem neste final do século é o modo como os indivíduos governam a si e aos outros. Como referência para a análise, um caso determinado: a colonização da criminalidade urbana pelo crime organizado, em particular por uma das modalidades mais emblemáticas de produção da violência no mundo contemporâneo – o narcotráfico (Adorno, 1998).

O posicionamento estoico [da “ética da responsabilidade”, de Weber], consciente de que o ônus do mal não desejado não é fruto de um compromisso, mas algo próprio à condição humana, característico de uma realidade essencialmente incoerente, da

degeneração do caráter, de vontade e objetivos desintegrados, do isolamento e da alienação do ser humano diante da sociedade e da natureza. Mas “se o senhor pensa assim”, perguntaram ao próprio Weber, “então por que insistir em fazer sociologia?” Ele respondeu: “só para saber até onde posso resistir” — laborando duro para representar com exatidão cada vez maior a realidade distorcida (Scuro, 2004, p. 401-402).

6 LACRAÇÃO DE DIÁLOGO

Toda vez que a sociedade está em crise, volta os olhos para suas origens à procura de um sinal (Octavio Paz)

Bauman viu a crise da democracia como já observara a do socialismo, ambos resultado de descrença generalizada nas lideranças políticas “não apenas estúpidas ou corruptas, mas incapazes”. Atribuiu a inépcia da “capacidade de fazer as coisas no interesse coletivo” (Parsons) ao mal exercício das funções por quem só ouve a própria voz e enxerga reflexos de si mesmo, assombrado diante do desenvolvimento tecnológico que cria condições para mudanças e transformar a realidade. Condições que, inaproveitadas se deterioram e reduzem “a rica complexidade e diferenciação, produtos da humanidade, a categorias binárias do tipo ‘gostei’/‘não gostei’, ‘direita’/‘esquerda’, ‘certo’/‘errado’, ‘verdade’/‘ficção’, ‘nós’/‘eles’, ‘leal’/‘traidor’” (Bauman 2016). Lição da qual apreendemos se tanto que “as redes sociais são uma armadilha”, mas não atinamos para o papel deletério das estruturas e seus atores — nesse sentido, poderia ter incluído a índole essencialmente ardilosa dos empréstimos do FMI, das parcerias da indústria bélica para garantir “equilíbrio militar”,

dos “neutros” conselhos do Banco Mundial e seu braço no setor privado, a International Finance Corporation.

Artesão cômico de suas aptidões e limitações, Bauman não cedeu à habitual tentação de denegrecer o presente e fazer profecias a partir da própria sensibilidade. Sabia que suas experiências explicariam o colapso do mundo em que tinha vivido, cuja falência deu causa à “maior catástrofe geopolítica do século” (Putin, 2005). Desastre que associado a um processo estritamente negativo, a globalização, tornou o mundo uma presa para as forças do caos: o poder que faz Direito (*might makes right*), a falta de escrúpulos e a insuficiência de meios para governar sob condições tão deploráveis. No entanto, em vez de lembranças concentrou-se no fulcro da questão: o “ser ou não ser” fundamentalista, “prática política forjada para lacrar o diálogo em favor de verdades universais ‘inquestionáveis’ infiltradas na vida cotidiana. Seu método hermenêutico é por isso inestimável, por resistir à lacração do diálogo em nossos tempos” (Davis, 2020):

Não há dúvidas que diálogo (para não dizer ‘poliálogo’) é uma arte difícil. Significa (1) envolver os interlocutores para esclarecer os problemas em conjunto, em vez de cada um do seu jeito; (2) multiplicar em vez de reduzir as vozes; (3) ampliar o leque de possibilidades ao invés de almejar um consenso generalizado; (4) buscar conjuntamente o entendimento, em vez de almejar a derrota do outro; e (5) deixar-se animar pelo desejo de manter a conversa em andamento e não pela vontade de interrompê-la (Dawes, 2011).

Diálogo (e frequentemente o poliálogo) é peça-chave do mecanismo de encaminhamento e resolução de conflitos

que, junto com outros colegas pesquisadores no final do século passado introduzimos no Brasil em contextos primários (família, comunidade) e formais (escola, empresas, tribunais): procedimentos e processos restaurativos que possibilitam a todos afetados por danos – vítimas, transgressores e demais prejudicados – reparar eles mesmos o estado de coisas e evitar a repetição de condutas negativas. Várias vezes testados e com aprovação elevada foram recomendadas até para conflitos de extrema complexidade, porém rejeitados por conta de “práticas políticas forjadas para lacrar o diálogo”.

Há dezesseis anos, bem antes de explodir a crise no leste europeu, participamos de um evento para construir o movimento de justiça restaurativa na Rússia e na Ucrânia. Quando russos étnicos e ucranianos começaram a se matar no Donbas, uma liderança do lado russo quis trazer de volta os participantes do mesmo evento e encontrar caminhos para reparar os danos e promover a pacificação. As intenções iam mais além e visavam restaurar a justiça na Ucrânia e construir pontes para a paz com a Rússia. A liderança do lado russo foi tenaz e contou com o apoio de ninguém menos que o ex-presidente Dmitry Medvedev, na época primeiro-ministro. Mesmo assim, autoridades superiores acabaram cancelando as gestões de Medvedev. Em 2018 perguntamos a Vladimir Pozner, um conceituado jornalista, se sabia as razões do nosso fracasso e ele disse que não, embora tivesse certeza que soluções locais para o conflito teriam sido encontradas se não houvesse a interferência de atores geopoliticamente poderosos, mas desinteressados em soluções práticas (Braithwaite, 2022).

7. A ARTE DE SER ALGUÉM

Lacração de diálogo com o objetivo precípua de impedir soluções genuínas é marca registrada do fundamentalismo

como “forma especificamente moderna de religião” brotada das contradições inerentes à contemporaneidade, para legislar sobre toda a esfera pública acentuando as nossas insuficiências e a futilidade dos sonhos de humanidade capaz de reger seu próprio destino (Bauman, 1998). Aqui ele voltou a sugerir que “alguma outra coisa tem sempre que acontecer antes com a estrutura social”, mas não identificou “sistemas hierárquicos de poder material e simbólico” (Bourdieu) – “condição suficiente e necessária” (Gramsci) da análise sociológica. Um surpreendente vacilo de que se aproveitam críticos que, abordando a sociedade de ponta-cabeça atribuem papel passivo à estrutura social. Caso do *superstar* que no primeiro momento nota as pessoas mais “reflexivas”, mudando de crenças, práticas e instituições, desdenhando “velhos hábitos e costumes”, “desacoplando” suas relações no contexto local e “reestruturando-as” em eventos remotos com atores “ausentes”, distantes de “qualquer relação frente a frente”.

A maior parte das situações da vida moderna são visivelmente incompatíveis com religião, cuja cosmologia é suplantada pelo conhecimento organizado de modo reflexivo, governado por observação empírica e pensamento lógico. Religião e tradição sempre caminharam juntas, a segunda ainda mais solapada que a primeira pela reflexividade que lhe é diretamente oposta (Giddens, 1990).

No entanto, em seu livro seguinte, como se tivesse percebido o erro que cometera, o autor muda de ideia ao ver a religião “ressurgindo”, o que atribui a um divórcio entre “questões existenciais” e a vida cotidiana. Vê gente mergulhando em um “vazio moral” e se desesperando na busca de sentido para si e suas

vidas. Foi quando vislumbrou religião e espiritualidade entrando em cena para preencher o tal vazio e ficou preocupado, pois os “reprimidos” a quem as instituições modernas sempre negaram empoderamento, sublevaram-se e passaram a abordar eles mesmos questões complexas de moralidade e de ética. O que os fez recorrer a certezas ratificadas há séculos em livros sagrados ou através de representações visuais, verbais ou icônicas dos valores, anseios e da história de um povo.

Nada disso deixou de ser percebido por quem já perguntava como uma sociedade supostamente regida por reflexividade subitamente cedeu espaço de destaque à religião ou mesmo a patriotadas. Mormente no que diz respeito ao “retorno dos reprimidos”, que uma vez resolvidos a não sufocar seu “verdadeiro ser”, agora saltam como “coelhos para fora de uma cartola teórica” somente para confirmar a impressão de que a religião continua se impondo em um mundo onde suas “chances de sobreviver são extremamente reduzidas” (Beckford, 1996). Mesmo questionamento dirigido a Bauman e sua modernidade “líquida” desencantada com estruturas de poder ancoradas em “verdades universais” e regras impostas “de fora” dirigindo suas vidas. Em um primeiro momento, libertos dessas verdades, estruturas, regras e autoridades que os isentavam de responsabilidade, ficaram “sem chão”, somente com valores pessoais e um punhado de frágeis argumentos para justificar toscos modos de pensar e agir eivados de fé e esperança fundamentalistas.

O paradoxo ético da condição pós-moderna é a completa restauração da responsabilidade e da escolha moral ao indivíduo, ao mesmo tempo lhe é retirada a zona de conforto da autoconfiança prometida pela modernidade. Envolvido por uma cacofonia de vozes morais, nenhuma delas capaz de silenciar as outras, o indivíduo se vê à mercê da própria subjetividade, a única autoridade moral que lhe restou (1992). O resultado dessa “autonomia” é o reconhecimento de que ética e moralidade – pensar e agir corretamente – devem continuar valendo, à diferença de que agora cabe aos próprios atores darem sentido a suas vidas, o que antes exigia uma penosa construção de “projetos de vida”, de coisas a conquistar e ambições a realizar.

Na pós-modernidade, porém, incerto do seu próprio valor, o ator tenta se autoconstituir e aprender “a arte de ser alguém” (Machado de Assis) visível e admirado por conta do seu estilo de vida, das coisas que consome e pela excelência de ser quem é. Só que, sem regras que obedecer, não sabendo como se apresentar, de quem gostar ou no que acreditar e, com praticamente tudo virando tema de debate o tempo todo, os “reprimidos” são obrigados a recorrer a “especialistas em moralidade”, acreditar em “agências doadoras de sentido”, “apelar para autoridades e princípios morais precisamente em um contexto social onde essas coisas supostamente deixaram de ser importantes” (Beckford, 1996).

A psiquiatria forense identifica nesse caminho pelo menos duas tendências emocionais ou instintos de violência e autopreservação. Mencionamos uma, ‘psicose compartilhada’,

‘loucura a dois ou a milhão’, perda de contato com a realidade por exposição a fonte(s) delusória(s) socialmente dominante(s), capaz(es) de impor ou convencer os demais, que separados não apresentam mais os sintomas. E a ‘simbiose narcisística’, o magnetismo entre líderes e correligionários que transformados em objetos de mercado político compartilham os mesmos sintomas patológicos em sociedades alienadas de si mesmas (Fromm, 1961). Uns, carentes de sentido e autoridade, unidos a outro, ferido, injuriado, mas que subitamente elevado pelas circunstâncias a posição de poder projeta onipotência, mas na realidade só transmite ‘diagnósticos’. Conjunturas reinantes nas primeiras décadas do século XXI em sociedades “erráticas, instáveis, de contextos ideologicamente contraditórios em que filosofias políticas opostas se misturam” em um processo que extingue a democracia “por dentro”, destruindo suas ferramentas de deliberação e resgatando elementos de controle plebiscitário essencialmente fascista (Traverso, 2019).

8 ARTE DE VIVER DE INCERTEZAS NA FÉ

Fé é agarrar-se a incertezas com apaixonada convicção
(Kierkegaard sobre a idolatria da incerteza).

A derrota dos “reprimidos” diante das estruturas de poder nos Estados Unidos e no Brasil comprovou a sua determinação de subverter a ordem para empreender nova generalização de valores. Creram que para isso bastaria a “verdade revelada em nossas mentes e confirmada em nossos corações pelo Espírito

Santo” – conforme preceituava Jean Calvin, feroz instigador de desapropriação, tortura e justificação de dezenas de milhares de vítimas indefesas, notadamente “bruxas” (Johnson, 2001, p. 372-373). Seus sucessores pós-modernos partem da ideia da Terra precisar ser por inteiro redimida através da restauração da Criação, com cada uma de suas “esferas” – adoração, justiça terrena (Estado), agricultura, família etc. – sob o poder de Cristo (*Genesis* 1:26–28), de modo a nenhuma exercer controle além dos limites de sua competência (Kuyper, 1998).

Não que a cultura cristã não já tenha demonstrado no passado capacidade de governança. De modo muito mais claro e consistente que todas que a precederam, a cultura cristã – incluindo seus componentes seculares – foi capaz de se diferenciar dos sistemas sociais com os quais mantinha mútua dependência. Graças a essa diferenciação ela pode se constituir em fator de inovação na evolução de um sistema sociocultural integral, a ‘sociedade ocidental’, ‘o mundo que faz sentido para todos’. Exemplo *desse desenvolvimento e combinação de elementos religiosos e seculares* é o Direito penal ocidental, que não é um mero ‘conjunto de normas’, mas um componente do subsistema social que envolve instituições, procedimentos, valores, conceitos e modos de agir e pensar em processos criadores que tornam as leis realidade.

Juntos, Direito e Justiça interferem entre interesses políticos e econômicos, entre a *ordem normativa* (comandos que expressam determinadas vontades cujo objeto é a conduta dos outros),

estabelecendo e mantendo interdependência, constituindo-se em manancial de controle social, consenso e coerção (Scurio, 2010, p. 66). Sem esse cuidado o papel histórico da cristandade estaria praticamente anulado e aprisionado em um conjunto de normas jurídicas para regular matérias eclesiásticas. Qualquer coisa além disso, “práticas religiosas” são vistas como coadjuvantes no drama protagonizado no “papel repressivo do Estado”, ao menos até que o Iluminismo decretasse o “Estado separado da religião” e o começo da “busca de conhecimento científico”.

Raciocínio simplório que desconhece dentre muitas coisas que a partir de 1054 o Bispo de Roma, ao se constituir como único chefe da Igreja, separou Leste e Oeste, o clero se emancipou do controle de imperadores, reis e senhores feudais, e a Igreja, diferenciando-se da polis secular se impôs como entidade política e jurídica. Processo de evolução e fusão de elementos que culminou na formação do *jus novum*, o primeiro sistema jurídico moderno e padrão para os sistemas jurídicos seculares (reais, urbanos e outros) que vieram depois. Através desses sistemas, enquanto no Leste a Rússia e a Grécia permaneciam sob a égide da Igreja Ortodoxa, a partir dos séculos XI e XII os povos da Europa ocidental (da Inglaterra até a Hungria, e da Dinamarca até a Sicília) assumiram a identidade pela qual ainda são conhecidos. Mais tarde, ao mesmo processo toda a Península Ibérica, as Américas e outras partes do mundo foram integradas.

Não foi só. Bem antes do Iluminismo, teólogos juristas lançaram as bases de um Direito penal inteiramente distinto de

códigos submissos a costumes e regras locais, que definiam ‘crime’ não como violação da ordem política, mas como ofensa a vítimas, parentes, comunidades ou feudos, a exigir vingança ou penitência, restituição da honra e reconciliação. Bases devidas inicialmente a Anselmo de Aosta (ou de Cantuária), sua doutrina da redenção e seu conceito de ‘justiça’ em que o crime deve ser redimido por sofrimento proporcional à infração e à justificação da lei infringida. Dois séculos mais tarde seria a vez de Tomás de Aquino e sua teoria retributiva de justiça (pena não como reparação, mas compensação pela violação da lei). Sem mencionar toda a jurisprudência, a começar do “princípio da legalidade” (*nullum crimen, nulla poena sine previa lege*), posteriormente absorvida pelo Iluminismo e um de seus documentos culminantes, a *Déclaration des Droits de l’Homme et du Citoyen* (Berman, 1983). Recordemo-nos de um aforismo sociológico: “A vida social não pode estender-se e prevalecer sem que ao mesmo tempo e em relação direta a vida jurídica amplie também o seu domínio” (Durkheim).

E os reprimidos?

Em uma de suas primeiras publicações depois que assumiu a cadeira em Leeds, Bauman abordou a religião no decurso de seu próprio desenvolvimento, como fator de inovação. Tomou como exemplo a Igreja Católica que em plena Idade Média já era o grande centro transmissor de mensagens padronizadas a destinatários sem distinção de classe. Aos domingos, naqueles tempos remotos os púlpitos fizeram o que muitos séculos depois as transmissões televisivas também fariam, mas somente após

que nossos olhos, ouvidos e mentes estivessem preparados para absorver substâncias do mesmo tipo. O púlpito foi, portanto, um grande meio de comunicação de massa, embora a *cultura de massa* só fosse viabilizada quando “certas condições de vida e situações sociais não diferenciadas tornaram-se o modo de vida das populações, deixando de diversificar a seletividade da recepção” (1976b).

Não admira, pois, os cristãos terem sido e, não apenas na Idade Média, os primeiros a lidar com meios de comunicação de massa, antes da mídia de grande circulação. Os ‘reprimidos’ em particular, e mesmo chamando a televisão de “a imagem da Besta”, lidaram tão bem que só no Brasil em menos de 90 anos de catequese o movimento pentecostal-carismático arregimentou mais de 16 milhões de seguidores até o ano 2000, mais de 22 milhões até 2010, e mais de 65 milhões até 2020. Um grande feito, ainda assim menor que nos Estados Unidos, origem do movimento, onde os ‘reprimidos’ são 85 milhões, um quarto da população, conformando uma força política mais que considerável, apesar de ainda vistos com desconfiança – o grande público norte-americano sempre considerou os exaltados pentecostais faladores “em línguas” como gente delirante ou até perigosa. Pudera, pois despontaram na cena religiosa do século 20 liderados por um negro (William J. Seymour) que celebrava cultos interracialis e mulheres pastoras, outra heresia. Desconfiança depois talvez ainda maior com pregadores como a estrela de rádio Aimee McPherson, os

televangelistas Oral Roberts, Jimmy Swaggart (anos 1980) e o pregador da prosperidade Creflo Dollar (XXI século).

Nesse primeiro país a desenvolver uma grande cultura de massa, a princípio os cultos eram dirigidos de forma prioritária à classe média superior e conduzido por pregadores de grande erudição, preparados para analisar textos bíblicos. Época posterior à Guerra Civil quando não existiam as ‘marcas registradas’ do modo ‘americano’ de devoção: canto entusiasmado reunindo toda a congregação, testemunhos pessoais espontâneos, oração em uníssono, sermões improvisados por pregadores não profissionais sobre temas bíblicos etc. Marcas registradas do movimento pentecostal que, de olho na demanda dos consumidores que não frequentavam os cultos, percebeu como as denominações tradicionais – metodistas, batistas e presbiterianos – ignoravam a maior parte das necessidades básicas, físicas e espirituais dos fiéis. Percepção apoiada em doutrinas que acentuavam a capacidade de curar pela oração, fazer profecias e interpretar mensagens divinas comunicadas “em línguas”. Meios que promoveriam o resgate da confiança na Igreja, a mesma que os excluídos (ex-escravos, trabalhadores rurais e imigrantes) haviam perdido. A proposta inovadora dos empresários dessa ‘arte de viver com a incerteza’ incluía fundamentalmente cultivar uma relação pessoal com o divino ativando uma ‘religião do coração’ e a certeza da fé, oferecendo refúgio espiritual aos humildes e negligenciados, consolando as angústias do crescente vazio da alma e da alienação decorrentes da expansão industrial e da urbanização. Temas que

somente um século depois chamariam a atenção dos *superstars* da ‘alta modernidade’.

O pentecostalismo era no começo apenas um conjunto de práticas de alguns pregadores isolados. Foi quando, dando ouvidos a revelações de “línguas desconhecidas”, Charles Parham intuiu que era chegado o momento de uma mudança radical para reanimar e reformar a Igreja protestante. Junto com um punhado de prestadores de serviços religiosos, todos movidos de ideais carismáticos, montaram seus “templos” em modestos tabernáculos em áreas urbanas degradadas, periferias, zonas rurais, primeiro nos Estados Unidos e depois em vários continentes. Na época, a reação da hierarquia eclesiástica, como seria de se esperar, foi fulminante: os carismáticos foram afastados, os missionários que aderiram ao movimento não receberam mais ajuda e os fiéis suspeitos de práticas pentecostais foram riscados das listas de suas congregações. Enfurecidos e amedrontados, os conservadores decidiram reprovar publicamente os dissidentes, para em seguida excomungá-los e a seus seguidores.

O evangelismo não é uma religião, um protestantismo de verdade. O Deus dos evangélicos norte-americanos é um sujeito boa-praça que distribui brindes financeiros, não é mais o Deus calvinista, severo, que exige um alto nível de moralidade, promove uma forte ética do trabalho e acentua disciplina social (Todd, 2025).

Reprimidos, os pentecostais não se intimidaram, romperam com as antigas denominações e rejeitaram toda autoridade e influência da hierarquia eclesiástica, mesmo porque a vocação protestante considera a fé como algo pessoal, que não pode ser

imposto. Ainda hoje, escaldados com o mandonismo, repudiam qualquer modalidade de controle externo, preferindo gravitar em torno de lideranças locais – e quando se indispõem entre si partem para a “carreira solo”. Não se organizam nem procuram formar um movimento unitário; optam pela lógica da multiplicidade, diferindo até mesmo uns dos outros em quase tudo, crença, liturgia, militância política, enfatizando o ardor religioso e a espontaneidade. Sempre atentos a novas oportunidades de negócio, mesmo sem a princípio dispor de acesso ao poder, escolheram o caminho da política, outra vez com bastante sucesso: Oral Roberts reunia-se com os presidentes Kennedy, Nixon e Carter, e o batista-carismático Pat Robertson com Ronald Reagan.

No entanto, seu maior trunfo político é o mais recente, Donald Trump, que no dia de sua posse dispensou a oração tradicional por líder de igreja “respeitável” e deu o lugar a Paula White, ‘pregadora da prosperidade’ que o converteu ao neopentecostalismo. Não obstante a trajetória empresarial eivada de escândalos e de ser execrada pela elite protestante, que a considera “herege” e uma charlatã”, Paula se tornou assessora presidencial para “assuntos de grupos evangélicos”. Em contrapartida, profetizou que o status de celebridade de Trump fazia dele um ungido, um líder messiânico anunciado pelas Escrituras como fora o Davi de Israel. Profecia repetida como palavra de ordem pelos ‘reprimidos’, antes, durante e depois do ataque ao Capitólio (6 jan. 2021), que atribuem a derrota de seu ungido nas eleições presidenciais à oposição, à Esquerda, à grande mídia e ao “Estado profundo” (Jervis et al., 2021).

No Brasil, a senda política dos ‘reprimidos’ guarda semelhança, só que mais recente, tortuosa, caracteristicamente marcada por improbidades, facilitadas pelo sistema político-partidário concebido na ditadura (Lei Federal nº 6.767/1979), ratificado e solidificado em regime democrático.

A cada pleito apóstolos, bispos, missionários e pastores pentecostais transformam seus rebanhos religiosos em currais eleitorais, seja para eleger seus próprios representantes religiosos ao Legislativo, seja para, em troca de promessas e benesses diversas, apoiar candidatos seculares a cargos majoritários. Em toda parte, candidatos, políticos e partidos, independentemente de suas orientações ideológicas, tentam cada vez mais instrumentalizar a religião para fins político-partidários e eleitorais. Trata-se, portanto, de ‘instrumentalização mútua’ (Mariano, 2012).

De lá para cá, depois de uma década perdida pelo Brasil, mas de consequentes ganhos para os ‘reprimidos’, que por aqui não têm que se incomodar com alianças políticas em ‘*high places*’, como seus ‘irmãos’ norte-americanos. Crises societais, políticas e econômicas dispensaram revelações ‘em línguas’ para que vislumbassem uma conclusão imediata de seu ‘projeto político’ radical: a chegada do ‘Reino de Deus’, que “não consiste em palavras, mas em poder” (*1 Coríntios* 4:20). Nesse sentido, um consórcio com aventureiros políticos e militares “robusteceu a radicalização política de grande parte das lideranças pentecostais” (Mariano, *Folha de S. Paulo*, 27 mar. 2023). Consórcio que nos termos do modelo teórico de Bauman, não consiste em “concupiscências mundanas” (*Tito* 2:12), trabalho, emprego, ocupação, profissão, mas na manipulação de símbolos no Primeiro

Nível, o do senso comum, não em propósitos exclusivamente materiais de cobiça ou encher a barriga, mas sobretudo construir identidade, o ser e as relações com os outros (Segundo Nível).

9 “SOMOS LEGIÕES”

Você tentava adivinhar o que ele ia fazer, ia pra cima, mas era tarde, ele já tinha feito (Gerson sobre marcar Pelé).

Todos nós, críticos de Bauman, assim como Gerson obrigado a marcar um craque supremo, chegamos tarde demais. No meu caso, convencido que ele – intransigente na sua atenção com a estrutura social – na fase derradeira da sua produção tinha derrapado, incorrido no mesmo erro dos adeptos de “imaginação sociológica” e dado preferência a estruturas ‘homogêneas’, não-estratificadas, sem diferenciação nem hierarquias. Ele me deu na verdade seu último drible. Esteve sempre lá na frente, focado nos problemas de integração, interconexão, normas culturais e valores da estrutura social que a maioria nunca resolveu e segue não entendendo sob um ‘estado de espírito’, a sociedade líquida, que abarca ‘legiões’. O mesmo dilema abalou o Nazareno quando deu de cara com um endemoniado que, mesmo acorrentado, fazia grilhões em pedaços. Contudo, confiante no seu carisma e como se fosse um sociólogo da “não-liberdade” Jesus ordenou ao demônio dentro daquele infeliz: “sai deste homem, espírito imundo! Qual é o teu nome?” E o Maligno respondeu, “legião é o meu nome, porque somos muitos” – contudo, percebendo a quem estava enfrentando humildemente lhe pediu: “manda-nos para aqueles porcos, para

que entremos neles”. Aparentemente sem nenhuma espiritualidade ecológica, Jesus assim o teria feito (Loraschi, 2011).

A partir daí, reza a lenda que “a manada se precipitou por um despenhadeiro no mar, e como eram milhares, afogaram-se” (*Marcos 5:2-13*). Bauman “descobriu” que não foi bem assim; as possuídas manadas continuam entre nós, multiplicando-se e anunciando não o Reino de Deus, mas um ‘Quarto Reich’ fundamentalista, onde o espiritual e o secular são uma coisa só, tudo que é feito em comunidade é feito a serviço a serviço da fé e de uma sociedade física e imaterialmente unificada (Naipaul, 2001, p. 202; Moraes, 2024). Ainda a princípio, achando que acabaria tomando a bola de Bauman, tentei usar suas próprias ferramentas analíticas, seu desafiador modelo teórico que os críticos em sua ingênua malícia disseram que não existia. Usei em particular a postura autorreflexiva e auto monitorada que ele aconselha para corrigir velhos vícios da imaginação sociológica. Bem como a sua noção de ‘lacração de diálogo’, expressamente para enfrentar a alienação e seus mitos teúdos e manteúdos pelo fundamentalismo político e religioso, inimigo da história engajado em fazer uma “fé verdadeira florescer em meio a um vazio espiritual” (Naipaul, 2001, p. 80). Contudo, ao longo do caminho fui tomando consciência de que uma ‘nova’ ciência social estava sim se configurando, focada nos obstáculos à integração dos sistemas sociais, obrigatoriamente entrando nos trilhos de olho no percurso da ‘ciência pós-normal’, concentrando-se mais do que nunca na substituição das “práticas ruins” que antes haviam corrompido ciências instrumentalizadas.

REFERÊNCIAS

ADORNO, S. Conflitualidade e violência. Reflexões sobre a anomia na contemporaneidade, *Tempo Social*, 10(1), 1998.

BAUMAN, Z. Economic growth and social structure, *Studies in Polish political system*, Varsóvia, Ossolineum/Instituto de Filosofia e Sociologia da Academia Polonesa de Ciências, 1968.

_____. A note on mass culture: on infrastructure, *Sociology of mass communications*, D. McQuail (org.), Harmondsworth, Penguin, 1976b

_____. *Socialism, the active utopia*, Londres, George Allen & Unwin, 1976.

_____. *Por uma sociologia crítica. Um ensaio sobre senso comum e emancipação*, Rio de Janeiro, Zahar, 1977.

_____. *Intimations of postmodernity*, Londres, Routledge, 1992.

_____. *O mal-estar da pós-modernidade*, Rio de Janeiro, Zahar, 1998.

_____. The trouble with being human these days, <https://www.youtube.com/watch?v=gadz19vr0Lc>, 2013.

_____. Estamos num estado de interregno. Vivemos na modernidade líquida, *Consultor Jurídico*, 1 Jan, 2016.

BECKFORD, J. A. Postmodernity, high modernity and new modernity: three concepts in search of religion, *Postmodernity, sociology and religion*, K. Flanagan and P. Jupp (org.), Basinstoke, Macmillan, 1996.

BERMAN, H.J. *Law and revolution. The formation of the Western legal tradition*, Cambridge, Harvard UP, 1983.

BRAITHWAITE, J. Putin's war: restorative reflections, *The International Journal of Restorative Justice*, 5, 2022.

DAVIS, M. Hermeneutics contra fundamentalism: Zygmunt Bauman's method for thinking in dark times, *Sage Journals*, 2020.

DAWES, D. The role of the intellectual in liquid modernity: An interview with Zygmunt Bauman, *Theory, Culture & Society*, 28 (3), 2011: 143.

FROMM, E. *Marx's concept of man*, Londres, Bloomsbury Academic, 2013.

FUNTOWICZ, S. e RAVETZ, J. Science for the post-normal age, *Perspectives on ecological integrity*, L. Westra e J. Lemons (org.), Dordrecht, Springer, 1995.

GIDDENS, A. *The consequences of modernity*, University of Stanford Press, 1990.

GRAMSCI, A. *Selections from the Prison Notebooks of Antonio Gramsci*, Londres, International Publishers, 1971.

HABERMAS, J. *Legitimation crisis*, Londres, Heinemann, 1976.

_____. *Between facts and norms: Contributions to a discourse theory of law and democracy*, Cambridge MA, MIT Press, 1992.

HORTON, P. B., LESLIE, G.G., LARSON, R. F. e HORTON, R. I. *The sociology of social problems*, Upper Saddle River, Prentice Hall, 1997.

JERVIS, R.; RAMIREZ, Marc; RUIZ-GOIRIENA, R. “No regrets”: Evangelicals and other faith leaders still support Trump after deadly US Capitol attack, *USA Today*, 12 jan. 2021.

JOHNSON, P. *História do cristianismo*, Rio de Janeiro, Imago, 2001.

KILMINSTER, R. *Overcritique and ambiguity in Zygmunt Bauman's sociology: a long-term perspective*, Londres, Routledge, 2016.

_____. Richard Kilminster on the Sociological Revolution and the spiral development of sociology, *YouTube*, 2020.

KINOSHITA, R. T. The circuit of affects in drug addiction: an alternative explanation for the servitude to drugs, *Interface* 2021.

KORON, P. The prestige elite in sociology: toward a collective biography of the most cited scholars (R), *The Sociological Quarterly*, 61(1), 2020.

KUYPER, A. *Sphere Sovereignty, Abraham Kuyper: A centennial reader*, Grand Rapids, William B. Eerdmans Publishing Company, 1998.

LEWIS, T. The ‘shared psychosis’ of Donald Trump and his loyalists, *Scientific American*, Jan. 11, 2021.

LORASCHI, C. A ecologia numa perspectiva bíblica: pautas para uma espiritualidade ecológica, *Vida Pastoral*, 52 (277), 2011.

MARIANO, R. *Religião e política. A instrumentalização recíproca*, São Leopoldo, IHU, 2012.

MORAES, A. Moraes critica política de apaziguamento: “todos serão responsabilizados”, *Jornal do Comércio*, Jan. 8, 2024.

NAIPAUL, V. S. *Além da fé*, S. Paulo, Companhia das Letras, 2001.

PARSONS, T. *American sociology. Perspectives. problems. methods*, N. York, Basic Books, 1968.

_____. *The system of modern societies*, Englewood Cliffs, Prentice-Hall, 1971.

PODGORESKI, A. *Sociotechnics*, Albert Cherns (org.), Londres, Malaby, 1976.

PUTIN, V. V., Putin: Soviet collapse, a genuine tragedy, *NBC News*, Abril 25, 2005.

RATTANSI, A. Zygmunt Bauman: An Adorno for Liquid Modern Times?, *The Sociological Review*, 62(4), 2014.

RICHTA, R. (org.). *Civilization at the crossroads - the social and human context of scientific-technical revolution*, Praga, Liberty, 1966.

SCURO Neto, P. Change and control on the loose, *Praxis International*, 12(3), 1992.

_____. *Sociologia ativa e didática. Um convite ao estudo da ciência do mundo moderno*, S. Paulo, Saraiva, 2004.

_____. *Sociologia geral e jurídica. Introdução à lógica jurídica, instituições do Direito, evolução e controle social*, S. Paulo, Saraiva, 2010.

SIMÕES DA CONCEIÇÃO, P.A. Hermenêutica jurídica. Norma e compreensão, *Revista Direito e Liberdade*, 14(2), 2012.

TODD, E. Bons baisers de Russie. Conférence pour l'Académie des Sciences de Russie, Abril de 2025.

TRAVERSO, E. *The new faces of fascism: populism and the far right*, Londres, Verso, 2019.

